



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA Nº 1/2021

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **GONAR ENGENHARIA LTDA.** (Peça 126.2), contra a decisão que a inabilitou na Concorrência nº 1/2021, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução do remanescente da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília.

De forma sucinta, a Recorrente alega o cumprimento do tópico 6.10.1 do Edital mediante comprovação de vínculo do engenheiro mecânico, bem como, pauta-se no formalismo exagerado ao ser exigido o atendimento ao tópico 6.9.2 do Edital diante da comprovação dos tópicos 6.9.3 e 6.9.4, razão pela qual requer seja reconsiderada a decisão que a inabilitou no certame.

Apesar de previsão em Edital, não foram apresentadas Contrarrazões.

I. RECURSO E MANIFESTAÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS

a) RECURSOS

A Recorrente dividiu suas razões abordando os dois aspectos que deram causa à sua inabilitação no presente certame licitatório: 1) Qualificação Técnica e 2) Qualificação Econômico-Financeira.



¹
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Quanto ao primeiro ponto, assim abordou:

“(…)

10. Veja, Nobre Autoridade, que, noutras palavras, a análise e julgamento da ora recorrente no que diz respeito à sua qualificação técnica considerou que não tem engenheiro mecânico em seu corpo técnico, e, para assim concluir (equivocadamente, frisa-se), considerou tão somente a Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CREA em nome da própria empresa. Esta, aliás, está devidamente quitada e registrada no Conselho.

11. Na referida Certidão emitida pelo CREA constam apenas os engenheiros Antônio Henrique Gontijo Aguiar, Ivo Augusto Gontijo Aguiar e Patrícia de Oliveira Gontijo Aguiar (irmãos, e sócios da empresa como pode se depreender dos atos constitutivos da GONAR juntados desde o início nos autos deste certame) e o engenheiro Daniel Gerasso Brant. Já os demais engenheiros e responsáveis técnicos da empresa têm suas respectivas certidões apresentadas individualmente, assim como seus documentos que comprovam o vínculo e integração ao corpo técnico da ora recorrente.

12. Não consta no item 6.10.1 do Edital, tampouco em nenhum outro dispositivo normativo, que “os responsáveis técnicos da licitante, comprovando que faz parte do corpo técnico da empresa no mínimo um engenheiro civil, um engenheiro eletricitista e um





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

engenheiro mecânico” devem estar limitados àqueles constantes da certidão emitida pelo CREA em nome da empresa.

13. Ao contrário... Tanto é assim que o próprio Edital em seu item 6.10.1.3 autoriza outras relações legais entre a empresa licitante e seus prepostos ou funcionários, não excluindo deste rol eventuais responsáveis técnicos, verbis: “6.10.1.3. A comprovação de vínculo do profissional poderá ser feita por meio de contrato social, ata de eleição de diretoria, ficha de registro de empregados acompanhada pela guia do SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social, contrato de trabalho/prestação de serviços ou carteira de trabalho”.

14. E foi exatamente o que fez a GONAR, quando apresentou 2 (dois) engenheiros mecânicos com seus respectivos contratos de trabalho nos termos da legislação em vigor, entregue nos autos deste certame, atendendo assim literalmente o quanto determinam os itens 6.10.1 e 6.10.1.3 do Edital. São eles: José Sarto Alencar Brayner e Marcos Vinícius Paes de Carvalho (...)

(...)

15. Ao que parece, data venia, a inabilitação da GONAR se deu sem que o julgador tivesse conhecimento do item 6.10.1.3 do Edital, e limitando-se a uma interpretação teratológica do item 6.10.1 como se somente fosse válido o responsável técnico constante da certidão emitida pelo CREA em nome da. Absurdo!





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

16. Da forma como ocorreu, a inabilitação da GONAR ocorreu em total afronta ao próprio Edital de Licitação, pois a autoridade fez letra morta do seu item 6.10.1.3.

17. É desnecessário delongas por ser tão pacífico que todo o certame está submetido ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, materializado em nossa legislação pelo artigo 41 da Lei nº 8.666/92, verbis: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

18. A lei é clara: a administração não pode descumprir (sic) o que está previsto no edital; mas, por descuido ou falta de conhecimento, o julgador não se atentou ao quanto disposto no item 6.10.1.3 que autoriza a empresa licitante a ter em seu corpo técnico profissional vinculado por meio de contrato de trabalho ou prestação de serviço, como apresentou a GONAR.

(...)

21. Portanto, necessária a devida reconsideração da decisão de inabilitação da GONAR com base na alegada falha na comprovação de qualificação técnica ante a ausência de profissional de engenharia mecânica constante da Certidão emitida pelo CREA em nome da empresa.”

Já em relação ao segundo aspecto, a qualificação econômico-financeira, a Recorrente pontuou o seguinte:





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

“(…)

30. Ocorre que, a análise desse Parecer demonstra de forma indiscutível que a GONAR atendeu sim à finalidade buscada no certame e prevista no Edital quando exige que a empresa concorrente apresente suas demonstrações contábeis. Basta ter olhos para assim querer ver, de forma isenta!

31. Pergunta-se, de forma simples (quicá até simplista): qual a razão de a empresa que disputa uma licitação tem que apresentar suas demonstrações contábeis? A resposta é primária, e não há outra que a substitua: para saber se aquela empresa tem caixa (“fôlego financeiro”) para assumir uma determinada obra. Simples assim!

32. E o próprio Parecer Técnico reconheceu que a GONAR atendeu aos requisitos previstos nos itens 6.9.3 e 6.9.4 do Edital, quais sejam, que as demonstrações contábeis comprovam que a empresa tem o necessário “fôlego financeiro” para assumir a obra prevista como objeto do edital.

33. Ou seja, os números apresentados revelam sim que a GONAR está apta e atende a qualificação econômico-financeira. E isso é assim pelo fato de que o “score” (pontuação), para assim dizer de forma mais clara possível, é muito superior aos índices mínimos exigidos no edital.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

34. O item 6.9.3 do Edital prevê que a empresa licitante deve comprovar por meio de sua demonstração contábil que possui os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) em resultado superior a 1 (um). Para tanto se utiliza-se aritmética própria que não é objeto deste recurso, inclusive porque os resultados são incontroversos.

35. E a GONAR “pontuou” muito acima do mínimo exigido, atendendo assim ao tão importante item 6.9.3 do Edital. Veja à página 15 do mesmo Parecer Técnico:

- LG (liquidez geral): 1,75
- SG (solvência geral): 2,19
- LC (liquidez corrente): 1,75

36. Não há dúvida quanto ao atendimento integral do item 6.9.3 do Edital.

37. E não é diferente com relação ao item 6.9.4, que determina que “A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação”.

38. Na página 16 do Parecer a conclusão é de que o índice da GONAR é de 86%, ou seja, 8,6 vezes maior que o mínimo exigido que é de 10%.



6
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

39. *Ora, Nobre Autoridade, é fato que a finalidade de se apresentar as demonstrações contábeis foi indiscutivelmente alcançada pela GONAR, restando comprovado que possui o exigido “fôlego financeiro” muito superior ao mínimo exigido no Edital — e inclusive superior a uma das empresas habilitada (Construtora Engemega Ltda.).*

40. *Com isso, a inabilitação da empresa ora recorrente ficou limitada ao suposto não cumprimento do item 6.9.2 do Edital.*

41. *E aqui neste ponto, é imperioso remeter novamente ao item 13 do Parecer Técnico, pois numa interpretação “extensiva” do teor do item 6.9.2 do Edital pela autoridade fez parecer exigência que a demonstração contábil fosse feita nos moldes da NBCTG1000 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade³.*

42. *Ora, mas em nenhum momento o item 6.9.2 do Edital assim exige. Ao contrário, diz que, verbis: “6.9.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta”.*

43. *Da sua análise e interpretação, e mantendo a atenção ao já mencionado princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a GONAR atendeu integralmente a exigência editalícia, tanto é*



7
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

assim que nos itens 6.9.3 e 6.9.4 a empresa foi tida como qualificada, de modo que o formato comparativo exigido no Edital foi atendido e não deixou dúvida à autoridade que, inclusive, analisou os documentos contábeis e produziu o Parecer Técnico 0804/2021.

44. O que se tem é que o Parecer Técnico se apegou a um excesso de rigor, a um preciosismo exacerbado que inviabiliza a concorrência e desqualifica aquele que tem sim condição de competir no certame.

45. A FINALIDADE FOI ATINGIDA!

46. E o pior! A discricionariedade da autoridade ao subjetivamente entender que o item 6.9.2 não foi atendido pela GONAR é no mínimo contraditório, para não se usar outros adjetivos. Explica-se:

- A própria autoridade que analisou a documentação contábil da GONAR e a qualificou como sendo apta no que diz respeito à sua condição econômico-financeira, ou seja, para tanto foi necessário ver os documentos, ler os documentos, compreender os documentos, fazer contas, etc; mas, por outro lado, a mesma autoridade atesta que a empresa não atendeu o item 6.9.2, ou seja, que ela (a autoridade) não conseguiu “enxergar” tais dados.*

47. Não é no mínimo contraditória a conclusão pela inabilitação da GONAR se considerarmos o contexto acima escancarado?





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

48. Ora, se a finalidade foi cumprida, qual então a razão para inabilitação da GONAR com base no suposto não atendimento ao item 6.9.2 do Edital?

49. A ora recorrente não está encontrando resposta para tal pergunta, pois a simples fundamentação de que com relação à GONAR “(...) cumpre ressaltar que as Demonstrações Contábeis não foram apresentadas no formato comparativo, não atendendo assim ao disposto na NBCTG1000 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade” (item 13 do Parecer, pág. 7) NÃO É SUFICIENTE PARA INABILITAR A EMPRESA, A UMA PELA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO L Gonar Engenharia Ltda EGAL DA DECISÃO A QUE DEVE ESTAR SUBMETIDA A ADMINISTRAÇÃO EM TODOS OS SEUS ATOS, E A DUAS PELO FATO DE QUE A FINALIDADE FOI EFETIVAMENTE ALCANÇADA. Simples assim!”

b) MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE PERÍCIAS E DILIGÊNCIAS - SPD

Instada a se manifestar acerca das razões apresentadas pela Recorrente quanto à qualificação econômico-financeira, a Secretaria de Perícias e Diligências - SPD do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios destacou, em seu Técnico Nº 0878/2021 - APAP/SPD (Peça 133), da seguinte forma:

“(…)



9

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

13. Contudo, verifica-se que de fato a empresa licitante não atende ao solicitado ao enunciado explícito contido no item 6.9.2.

14. Insta salientar que a empresa licitante sequer apresentou o conjunto completo das demonstrações contábeis exigidas pelo artigo 3.1.7 da NBC TG 1000 (R1), mas tão somente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. (Grifo Nosso)

15. Porém, atemo-nos ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício necessários para análise dos índices econômico-financeiros requeridos nos itens 6.9.3 e 6.9.4 do edital licitatório, demonstrando, portanto, que não houve excesso de rigor ao verificar o cumprimento do item. Em alguns casos concretos, é indispensável explanações adicionais nas Notas Explicativas, o que nem foi o caso em comento, pelos resultados verificados nos índices. No entanto, os normativos contábeis há muitos anos exigem que o Balanço Patrimonial seja apresentado com os saldos iniciais e finais do exercício (formato comparativo) o que permite fazer avaliação da evolução dos saldos no exercício e uma análise horizontal do período. Entendemos que o mínimo que se possa exigir da apresentação das demonstrações contábeis é que ao menos o Balanço Patrimonial seja apresentado na forma exigida. (Grifamos)

16. Ressalte-se ainda, que já verificamos em casos passados, sem qualquer inferência ao caso concreto, que a empresa licitante não fazia contabilidade e literalmente montou um balanço patrimonial



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

para efeitos licitatórios, não tendo como “montar os saldos iniciais” do período. Em que pese a não auditoria de saldos, espera-se que tenham o mínimo de coerência nas informações apresentadas.

9. (sic) Diante do acima exposto e resguardadas as ressalvas mencionadas ao longo dessa Nota Técnica, ratificamos em relação a conclusão apresentado no Parecer Técnico nº 0804/2021 - APAP/SPD (Peça 119), quanto a exigência contida nos tópicos 6.9.2, 6.9.3 e 6.9.4 do Edital de Licitação relativo à Concorrência nº 1/2021.”

Vale citar aqui trecho do Parecer Técnico nº 0804/2021 – APAP/SPO (Peça 119), que realizou análise da documentação relativa à qualificação econômico-financeira apresentada pelas licitantes participantes deste certame e que fundamentou a decisão da Comissão Especial de Licitação - CEL em inabilitar a empresa Gonar Engenharia Ltda. O trecho que merece destaque é o seguinte:

“Com relação a empresa licitante Gonar Engenharia Ltda, cumpre ressaltar que as Demonstrações Contábeis não foram apresentadas no formato comparativo, não atendendo assim ao disposto na NBCTG1000 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade. (Grifo Nosso)

“3.14 Exceto quando esta Norma permitir ou exigir de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente. A entidade deve apresentar de forma comparativa a informação descritiva e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

detalhada que for relevante para a compreensão das demonstrações contábeis do período corrente.”

c) MANIFESTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E REFORMAS

Instada a se manifestar, a Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas – SUFISC do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, área responsável pela análise documental relativa à qualificação-técnica, por meio dos membros da Comissão Especial de Licitação – CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, destacou em seu Despacho SUFISC/SPO Nº 036/2021, acostado à Peça 136, o seguinte:

“(…)

1.2.2. Pretendendo a reforma da decisão que a inabilitou, a empresa argumenta que, para fins de comprovação de preenchimento dos requisitos editalícios, houve comprovação de vinculação de todos os profissionais exigidos no certame, nos termos do item 6.10.1 do Edital.

1.2.3. Pois bem, após reanálise dos documentos que foram anexados pela empresa, verificouse a comprovação do vínculo laboral do engenheiro mecânico Marcos Vinícius Paes de Carvalho, por meio de Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço. Portanto, atendendo ao preceito exigido no item 6.10.1. do Edital.



12

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

1.2.4. Superada esta questão, passamos à análise dos atestados de capacidade técnica que foram apresentados para fins de habilitação.

1.2.5. Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa One Empreendimentos Imobiliários S.A. - SPE, suscitou-se dúvida pertinente à subestação de energia, situação que demandou diligência até o imóvel localizado na rua das Paineiras, lote 6, denominado Edifício ONE.

1.2.6. Em diligência, não foi possível identificar o local da subestação de energia, inclusive por desconhecimento do encarregado da manutenção, mesmo exercendo suas atividades no empreendimento há pelo menos 10 anos, ou seja, desde a conclusão da obra, consoante informação fornecida.

1.2.7. Causou-nos espécie o comentário, tanto do encarregado quanto da síndica (Sra. Beatriz) de que o empreendimento teria sido executado pela construtora BASE.

1.2.8. Diante desta informação, consultamos o site <http://baseinvestimentos.com.br/Empreendimentos/481/167/OneMallBusinessResidence/> e pudemos constatar que o empreendimento em questão figura como portfólio da empresa BASE Investimentos. De outro modo, em consulta ao sítio eletrônico da empresa GONAR ENGENHARIA LTDA., o empreendimento é inexistente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

1.2.9. Outra divergência encontrada foi quanto a datas de construção e inauguração do empreendimento. No site da BASE a obra teria começado em março de 2007 e concluída em julho 2011, inclusive com fotos do desenvolvimento da obra, já no atestado apresentado consta o início da obra em 2011 e a conclusão em 2016.

1.2.10. Ante a dúvida, procedemos diligência perante a empresa Base investimentos, localizada no SHIS QI 15 – lago Sul – DF. Após breve contextualização, a Sra. Amanda também manifestou ser de seu conhecimento de que o empreendimento teria sido executado pela empresa Base.

1.2.11. Diante da necessidade de maiores esclarecimentos, foi encaminhado o Ofício SG/PGJ/MPDFT, o qual não obtivemos retorno.

1.2.12. Por todo exposto, ficam claras e evidenciadas as inconsistências relacionadas ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa ONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A - SPE, razão pela não foi considerado.”

1.2.13. Sugerimos ainda que seja dado encaminhamento visando a apuração de possíveis irregularidades quanto à documentação apresentada.

1.2.14. Quanto ao Atestado emitido pela empresa MVG Engenharia, trata-se de obra executada em conjunto com a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

empresa emitente do Atestado, caracterizando que a obra foi executada em regime de consórcio, enquadrando-se, portanto, na vedação prevista no item 6.10.2.4 do Edital de Licitação.

1.2.15. Já nos atestados emitidos pelo TJDF, não foram atendidas às exigências do item 6.10.2, alíneas (f) e (g) para capacidade técnico-operacional. Ademais, não houve apresentação das Certidões de Acervo Técnico correspondentes aos profissionais que atuaram na obra, razão pela qual, não foram atendidas as exigências do item 6.10.3 do edital.

1.2.16. No tocante à comprovação de capacidade técnico-profissional relativa à instalação de sistema central de condicionamento de ar de expansão direta ou indireta, com capacidade térmica nominal de no mínimo 60 TR's, foi atendida por meio dos atestados do Protoncor, Construtora Líder e Hospital Madre Tereza.

1.2.17. Por todo exposto, a empresa não atendeu as exigências 6.10.2, alíneas (f) e (g) e 6.10.3, alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) do edital.”

Ressalta-se que o Ofício nº 140/2021 - SG/PGJ – MPDFT, mencionado no tópico 1.2.11 da citação acima, foi respondido posteriormente à apreciação das razões pela área técnica, porém ainda dentro do prazo recursal. Em diligência foram solicitadas as seguintes informações: *i) período de construção (início e término); ii) qual empresa*





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

executou a obra e iii) e se houve participação de outras empresas no processo de construção e quais.

Em resposta, a One Empreendimentos Imobiliários assim se pronunciou:

"Em atendimento às suas solicitações, referente ao Empreendimento One – Águas Claras, informamos o que segue:

1- Qual o período de Construção (início e término)? Informamos que as obras do referido edifício se iniciaram em meados de outubro de 2006, tendo perdurado por um período de aproximadamente 04 anos.

As entregas dos edifícios foram feitas em etapas, considerando que as obras compreendiam áreas residenciais e área comercial (shopping). Ressaltamos que a finalização da construção deu-se em 29 de outubro de 2010, no entanto, tendo em vistas necessidades de adequação de algumas áreas comuns, manutenções de obra e assistência técnica (garantia), a construtora e alguns de seus prestadores de serviços permaneceram em atividade no edifício até o ano de 2016. Por fim, ressaltamos que mesmo com o fim da garantia de alguns itens, a Construtora permaneceu prestando assistências ao edifício até o ano de 2019.

2- Qual empresa Executou a Obra ?

A obra do edifício One foi executada pela empresa One Empreendimentos Imobiliários SPE.

3- Houve Participação de outras empresas no processo de construção ? Quais?



16

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Sim, houve a participação de diversas empresas no processo de construção, não sendo possível elencar todas elas uma vez que com o passar dos anos muitas destas documentações já não estão mais disponíveis ao nosso acesso, no entanto, podemos informar que foram em torno de 50 empresas prestadoras de serviços, que participaram desde a elaboração de projetos, acompanhamento de obras, execução de serviços especializados, até os serviços de acabamento e serviço de pintura, por exemplo. Ressaltamos que algumas dessas empresas nos procuraram para atestarmos sua participação na obra, o que foi prontamente atendido pela diretoria à época da solicitação."

Sobre as respostas obtidas em diligência, a SUFISC é categórica em destacar:

"3. Tal informação, reafirma a constatação anteriormente apontada a respeito da divergência no período de execução da obra, cujo Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa GONAR Engenharia Ltda, explicita a data de início em 03/01/2011 e data de término em 06/05/2016.

4. Além do mais, questionada sobre quem executou a obra, a resposta foi taxativa em afirmar que: "A obra do edifício One foi executada pela empresa ONE Empreendimentos Imobiliários SPE.""

(...)





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

6. Ora, mais uma vez revela-se que esta informação se contrapõe ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela GONAR, assinado pelo Sr. Gilvan Farah Junior da ONE Empreendimento Imobiliários, que especificou que todas as atividades da obra foram realizadas pela licitante.

7. Diante das respostas apresentadas, evidencia-se de que há inconsistências e incongruências relacionadas ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa ONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A - SPE, razão pela não foi considerado.”

II. CONSIDERAÇÕES

Como se pôde notar, as razões da Recorrente recaem sobre os aspectos de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

Em relação à qualificação econômico-financeira, a área responsável pela análise da documentação foi a Secretaria de Perícias e Diligências – SPD, cuja análise apontou não haver excesso de rigor nos documentos apresentados pela Recorrente, até mesmo em razão de os normativos contábeis exigirem que o Balanço Patrimonial seja apresentado com os saldos iniciais e finais do exercício (formato comparativo), o que permite fazer avaliação da evolução dos saldos no exercício e uma análise horizontal do período.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Observa-se, assim, que o Parecer Técnico Nº 0878/2021 - APAP/SPD, já citado neste documento, ratificou o entendimento inicial que ensejou a inabilitação da Recorrente.

Sendo essa a forma prevista nos normativos contábeis vigentes para apresentação do Balanço Patrimonial, o tópico 6.9.2 do Edital encontra-se em estrita observância às normas, pois assim prevê: *“Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei...”*.

Além disso, não há previsão, no Edital, quanto à dispensa de atendimento do tópico 6.9.2 em razão do atendimento dos tópicos 6.9.3 e 6.9.4, visto que são dispositivos independentes.

Invoca-se, aqui, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que impõe a observância das normas estabelecidas no Edital tanto à Administração quanto às licitantes, devendo pautar as ações de todos os agentes envolvidos no certame.

Importa observar que caso houvesse qualquer discordância quanto aos dispositivos editalícios, Impugnação deveria ter sido apresentada em momento oportuno, conforme previsto no tópico 20 do Instrumento Convocatório, o que não ocorreu. Assim, todos os seus pontos devem ser devidamente observados e defendidos por todos envolvidos

Já com relação à qualificação técnica, a Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas, após reanálise dos documentos apresentados pela licitante no certame, verificou a comprovação do vínculo laboral do engenheiro mecânico Marcos Vinícius Paes



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

de Carvalho, por meio de Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço, restando atendido, assim, o tópico 6.10.1 do Edital.

Em razão disso, foram analisados os Atestados de Capacidade Técnica já apresentados para fins de habilitação, cuja apreciação se deu nos termos dos tópicos 1.2.5 a 1.2.16 do Despacho SUFISC/SPO Nº 036/2021 acima transcrito, não restando atendidas as exigências previstas nos tópicos 6.10.2, alíneas “f” e “g” e 6.10.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do Edital.

Merece destaque a diligência realizada para, inicialmente, sanar dúvida pertinente à subestação de energia, porém, à medida que as informações eram obtidas, as dúvidas avançaram e ficaram claras e evidenciadas as inconsistências relacionadas ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa ONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A - SPE.

Sendo assim, em que pesem os esforços da Recorrente em comprovar a sua habilitação, não restaram dúvidas quanto à inabilitação relativa à qualificação técnica tampouco quanto à qualificação econômico-financeira.

III. DECISÃO

Pelo exposto, tomando por base a manifestação apresentada pela Secretaria de Perícias e Diligências, assim como a manifestação da Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, emitida pelos membros da CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, a Comissão Especial de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Licitação conhece do Recurso Administrativo interposto pela empresa **GONAR ENGENHARIA LTDA.** para, no mérito, julgá-lo parcialmente procedente, mantendo-a inabilitada na Concorrência nº 1/2021.

Brasília, 19 de agosto de 2021

(Assinado Eletronicamente)
Ana Luisa Cardoso Zardim
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
Cristiano Costa Magalhães
Membro

(Assinado Eletronicamente)
Andrea Moraes de Oliveira Melo
Membro



21

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Assinado por:

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM - SLIC/SG em 19/08/2021.

ANDREA MORAES DE OLIVEIRA MELO - SELIC/SG em 19/08/2021.

CRISTIANO COSTA MAGALHAES - SEINP/SG em 19/08/2021.

.